EDUCAÇÃO AMBIENTALE AS POSSIBILIDADES DE SE TRABALHAR DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

TÁTILA LÚCIA PAVANELLI DE SANTANA PEREIRA

RESUMO:

Com eventos diferenciados e mudanças na sociedade como a Revolução Industrial, surgiram os problemas ambientais, em especial, a poluição, gerando questões sociais extremamente preocupantes. Pensando no processo educacional é preciso discutir o tema para conscientizar os estudantes a respeito das consequências das ações na sociedade. Uma das formas de chegar a essa questão é a partir da Educação Ambiental, utilizando projetos e até mesmo hortas pedagógicas, com a intencionalidade de desenvolver o potencial dos estudantes. No caso, o Decreto nº. 56.913/2015 institui o Plano de Introdução de Alimentos Orgânicos no Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo em consonância com o projeto horta pedagógica. O documento estabeleceu como ferramenta de aprendizagem para trabalhar o meio ambiente, contribuindo e desenvolvendo hábitos mais saudáveis a partir da educação alimentar. Desta forma, o presente artigo se justifica na realidade da sociedade atual em que o estudante deve se tornar o protagonista do conhecimento ao longo do processo educativo, além de desenvolver a capacidade de se tornar um cidadão crítico e consciente da sua realidade. O desenvolvimento de conteúdos de forma interdisciplinar, como por exemplo, envolvendo as disciplinas de Geografia e às Ciências da Natureza, contribuem para o trabalho com as hortas pedagógicas a fim de desenvolver o cuidado e resultar em reflexões sobre o meio ambiente. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa baseada em levantamento bibliográfico a respeito do tema. Os resultados indicaram que desenvolver projetos como as hortas pedagógicas podem contribuir para a compreensão das relações existentes entre ser humano e meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica; Educação Ambiental; Horta Pedagógica.

ABSTRACT

With different events and changes in society such as the Industrial Revolution, environmental problems emerged, especially pollution, generating extremely worrying social issues. Thinking about the educational process, it is necessary to discuss the topic to make students aware of the consequences of actions in society. One of the ways to reach this issue is through Environmental Education, using projects and even educational gardens, with the intention of developing students' potential. In this case, Decree no. 56.913/2015 establishes the Plan for the Introduction of Organic Foods in the School Food Program of the Municipality of São Paulo in line with the pedagogical garden project. The document established itself as a learning tool for working with the environment, contributing to and developing healthier habits through food education. In this way, this article is justified in the reality of today's society in which the student must become the protagonist of knowledge throughout the educational process, in addition to developing the ability to become a critical citizen and aware of their reality. The development of content in an interdisciplinary way, for example, involving the disciplines of Geography and Natural Sciences, contributes to the work with educational gardens in order to develop care and result in reflections on the environment. The research was characterized as qualitative based on a bibliographical survey on the topic. The results indicated that developing projects such as educational gardens can contribute to understanding the relationships between human beings and the environment.

KEYWORDS: Basic Education; Environmental education; Pedagogical Garden.

1 INTRODUÇÃO

O solo apresenta funções diversas, dentre elas a manutenção do equilíbrio e a qualidade dos ecossistemas. A regulação, a distribuição, o armazenamento e a infiltração da água; a ação filtrante sobre os poluentes e a proteção da qualidade; dentre outras questões relevantes podem ser tratadas de forma interdisciplinar.

No caso das águas, por exemplo, devido a sua importância para a existência da vida terrestre, devemos nos ater e criar, cada vez mais, políticas públicas e educacionais que orientem a população mundial ao não desperdício, a reutilização das águas das chuvas, desintoxicação dos rios que, infelizmente, com uma certa frequência acabam por se tornarem poluídos, fator que agrava ainda mais a situação do ecossistema e da diversidade ambiental.

É fundamental que a escola discuta sobre o meio ambiente trazendo questões culturais, sociais e científicas, contribuindo para o aprendizado dos papéis que o ser humano exerce na natureza e a importância na vida da sociedade como um todo, resultando em conscientização e formação de cidadãos críticos ao longo da Educação Básica.

Como problemática, tem-se na atualidade, a poluição do meio ambiente e dos ecossistemas, trazendo o solo como um dos recursos mais degradados devido a agropecuária, uso de fertilizantes e agrotóxicos, in-

viabilizando o uso não só naquele momento, mas, também a longo prazo.

Justifica-se o presente artigo pelo fato de que a Educação é um pilar que compreende a todos, conscientizando os indivíduos sobre a influência das suas ações na sociedade, promovendo a cidadania e possibilitando a participação dos estudantes nos processos sociais, culturais e políticos no tocante ao meio ambiente.

Desta forma, como objetivo geral tem-se a discussão sobre a Educação Ambiental sendo trabalhada ao longo da Educação Ambiental; e como objetivos específicos, realizar uma discussão a respeito das competências e habilidades que podem ser desenvolvidas com os estudantes, construindo atitudes e competências voltadas para a preservação ambiental.

A metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa foi a qualitativa, realizando-se levantamento bibliográfico a respeito do tema, baseando-se esta discussão em diversos autores.

DESENVOLVIMENTO

QUESTÕES AMBIENTAIS

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura compreende a Educação Ambiental como: "Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente" (UNESCO, 2005, p. 44).

A discussão partiu da necessidade de complementar a educação formal. A educação precisa trabalhar questões que não estão necessariamente presentes no currículo, disseminando valores, conhecimentos, desenvolvendo capacidades e diferentes aspectos que promovam o progresso das relações éticas sobre os seres vivos, não vivos e a vida no planeta.

A partir da industrialização e da ganância humana em se desenvolver, surgiram problemas como é o caso da poluição ambiental, gerando questões sociais preocupantes. Por isso, na área da educação é preciso discutir o tema desde a Educação Infantil, a fim de conscientizar os estudantes sobre a influência de suas ações na sociedade e sobre questões referentes a Educação Ambiental a fim de promover a cidadania, possibilitando a participação dos estudantes nas questões sociais, culturais e políticas voltadas para o meio ambiente, como no caso do mal-uso da água:

A água é um recurso natural vital e a sua adequada gestão é uma componente fundamental da política ambiental. Quando as pessoas não têm acesso à água potável no lar, ou à água enquanto recurso produtivo, suas escolhas e liberdades são limitadas pela doença, pobreza e vulnerabilidade. A necessidade de gerir os conflitos pelos usos da água e definir os seus usos prioritários incorpora atores da sociedade civil nas instituições, mas a exclusão do acesso ao recurso é uma questão observada para inúmeros grupos populacionais em muitas sociedades. É justamente nesse enfoque que se considera importante analisar a governança da água, não compreendendo somente aspectos de gestão, mas também possibilidades de uso de recursos naturais que reflitam a sustentabilidade em sua vertente social. Nesse sentido, a participação de novos atores sociais deveria ser alargada, desde a gestão da água até ao seu uso e apropriação (JACOBI et al, 2016, p. 2).

A Constituição de 1988 trouxe um capítulo específico sobre o meio ambiente, considerando-o como bem comum e essencial para a qualidade de vida, impondo ao poder público e aos indivíduos preservá-lo para as gerações presentes e futuras (MEDEIROS, et al., 2011).

Com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), inserindo o meio ambiente como tema transversal no currículo da Educação Básica:

A escola foi um dos primeiros espaços a absorver esse processo de "ambientalização" da sociedade, recebendo a sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população, por meio de informação e conscientização. Para conscientizar um grupo, primeiro é preciso delimitar o que se quer e o que deseja (SEGURA, 2001, p. 21).

Os Ministérios da Educação, do Ambiente, da Cultura e da Ciência e

Tecnologia, instituíram o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instituiu diretrizes para a implementação desse programa Com isso, houve a inserção da educação ambiental no processo de gestão ambiental (IBAMA, 1998).

Isso gerou um movimento na discussão sobre o meio ambiente, a fim de conscientizar os estudantes quanto a importância da preservação da natureza, pois, faz parte do mundo que o cerca e está presente em seu cotidiano.

A poluição a partir do aumento cada vez maior da urbanização, a falta de destinação correta para o lixo, juntamente com o desconhecimento da população, que descarta resíduos em lugares inapropriados causando grandes estragos na natureza, principalmente nos rios; as enchentes, consequência do descarte de materiais e resíduos sólidos em locais inapropriados; entre outras questões (VICTORINO, 2007).

Nesse caso, o professor necessita

desenvolver atividades ligadas a Educação Ambiental no formato interdisciplinar entre as diversas disciplinas, relacionando conteúdos e questões cotidianas tornando a aprendizagem mais significativa.

A partir da Educação Infantil é possível introduzir a questão a partir de diferentes atividades relacionadas aos tipos de solo, como as características morfológicas, a fertilidade, a erosão, a textura, a decomposição, entre outros temas. O professor pode utilizar também recursos tecnológicos, que estão de certa forma relacionadas ao tema, como a degradação do solo, o saneamento básico e atividades humanas como a poluição.

Assim, um trabalho interdisciplinar articulado com estas competências e habilidades, a partir de aulas práticas relacionadas ao tema, discutindo na sequência, sore o uso indevido do solo.

Projetos e sequências didáticas podem envolver práticas e vivências sobre o tema pautado em conceitos científicos pertinentes. O ensino investigativo faz com que o estudante comece a pensar sobre o processo de construção do seu conhecimento e dos acontecimentos ao seu redor (FREIRE, 1987).

O Ministério do Meio Ambiente nestes últimos anos, tem criado diferentes medidas para a preservação do meio ambiente, deixando claro que esse órgão governamental precisa ser mais criterioso na cobrança de diligências, a fim de implementar urgentemente modelos nacionais para o desenvolvimento sustentável a fim de conscientizar a população e conservar esse recurso natural.

Desta forma, a Educação Ambiental traz propostas pedagógicas que contemplam a conscientização e as mudanças de comportamento, estimulando a integração e o respeito entre ser humano e ambiente.

SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS E PROJETOS

Nos dias atuais, a preocupação com o meio ambiente tem norteado diferentes ações na sociedade como um todo e em especial na área da educação. Os documentos norteadores discutem que deve haver uma integração dos componentes curriculares a fim de desenvolver habilidades nos estudantes que os tornem cidadãos críticos e conscientes.

Pensando no meio ambiente, um projeto interessante é a horta pedagógica onde os dois últimos eixos mencionados contemplam as habilidades necessárias que precisam ser desenvolvidas junto aos estudantes, a fim de promover o protagonismo juvenil através de interações socioambientais que permitam a eles, de forma individual e coletiva construir atitudes e competências voltadas para a preservação do meio ambiente:

Precisamos nos tornar ecologicamente alfabetizados. Isso significa entender os princípios de organização das 19 comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis (CAPRA, 1996, p. 231).

A construção do pensamento científico pautado em três pilares: Universo; Cidadania e qualidade de vida e Sustentabilidade, priorizando a educação integral dos educandos principalmente através de projetos.

Nesse sentido, os estudantes devem agir como atores sociais a fim de multiplicar essas informações para a comunidade e a sociedade em que vivem. Esse é um dos primeiros passos para a construção de um ensino articulado com os processos de mudança social e da formação de cidadãos mais conscientes consigo e com o mundo ao seu redor.

O trabalho com projetos é fundamental à medida que ocorre a interação do estudante com os problemas ambientais, construindo novas percepções sobre as relações do homem, sociedade e natureza, reforçando a necessidade de agir como cidadão para a busca de soluções em relação aos problemas ambientais (JACOBI, 2003).

Nesse caso, a Educação Ambiental traz atividades práticas que contemplam a conscientização, as mudanças comportamentais e o desenvolvimento de competências:

...a educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas (REIGOTA, 1998, p.43).

A pedagogia de projetos surgiu da percepção de que a escola tradicional já não era mais capaz de atingir determinados objetivos de aprendizagem, havendo a necessidade de uma pedagogia diferenciada alinhada aos dias atuais (JACOBOSKI, 2010).

Com isso, a Escola Nova trouxe a inserção ativa do estudante na sociedade, fazendo com que ele participe e desenvolva a criticidade. Diferentes metodologias foram criadas a partir de então, sendo divididas em dois grupos principais: de propensão liberal, preparando o educando para viver na sociedade; e progressista, visando a transformação social a partir de uma análise crítica da realidade (LIBÂNEO, 1993).

Os projetos trazem modificações na forma de se ensinar, priorizando as interações entre a realidade, os educandos e suas

múltiplas dimensões. Estes se apresentam como uma nova concepção de educação, onde deve-se levar em consideração os diferentes processos que ocorrem dentro e fora da escola:

[...] há um ganho em termos de construção da autonomia (decorrente do processo de tomada da decisão). Este também é um caminho propício para a prática interdisciplinar, uma vez que é o problema localizado na realidade que passa a ser o guia de trabalho, e não uma estrutura de conhecimento disciplinar previamente definida (VASCONCELLOS, 2000, p. 151). Em especial nas disciplinas que envolvem o tema, como Ciências e Geografia, por exemplo, a aplicação de projetos coloca o estudante como pertencente ao mundo que o cerca. Trabalhar com projetos possibilita a aprendizagem e a busca por conhecimento, apropriando-se dele e aplicando os novos conhecimentos na sua vida (JACOBOSKI, 2010).

Dentre as várias redes de ensino existentes no Brasil é possível destacar a Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo que trabalha com projetos do Mais Educação, um programa que visa o desenvolvimento e a permanência maior no ambiente escolar.

Projetos voltados para o meio ambiente como no caso da Horta Pedagógica, se tornam uma experiência enriquecedora onde as atividades relacionadas ao uso do solo e o trabalho coletivo constituem excelente exercício físico, além de ser um aprendizado divertido e saudável:

O conteúdo de pedologia começa a ser trabalhado a partir das séries iniciais, ou seja, pela primeira fase do Ciclo Básico de Alfabetização, tanto sob o enfoque geológico, quanto edafológico. Desta forma, o trabalho deve ser feito interrelacionado, para que a criança assimile os conteúdos pedológicos não desvinculados do conhecimento historicamente construído, mas que este aprenda mais que uma leitura de palavras; uma leitura de vida, da sociedade em que está inserida e seu papel dentro dela (GONZALES e BARROS, 2000, p. 41).

2.3 HORTA PEDAGÓGICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE SÃO PAULO

O Decreto nº. 56.913/2015 institui o Plano de Introdução de Alimentos Orgânicos no Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo em consonância com o projeto de Horta Pedagógica. O documento estabeleceu o projeto enquanto ferramenta de aprendizagem, a fim de trabalhar o meio ambiente, contribuindo e desenvolvendo hábitos mais saudáveis a partir da educação alimentar.

Outra situação a se destacar, no ano de 2014, foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que resultou posteriormente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Nessa perspectiva, no geral, é tarefa da escola, palco de interações, e, no particular, é responsabilidade do professor, apoiado pelos demais profissionais da educação, criar situações que provoquem nos estudantes a necessidade e o desejo de pesquisar e experimentar situações de aprendizagem como conquista individual e coletiva, a partir do contexto particular e local, em elo com o geral e transnacional (BRASIL, 2010, p. 39).

A BNCC trouxe a construção do pensamento científico pautado em três pilares: Universo; Cidadania e qualidade de vida; e Sustentabilidade.

No caso de projetos voltados para o consumo racional da água, os dois últimos eixos estão bastante interligados, envolvendo os estudantes e desenvolvendo o protagonismo através de interações socioambientais que permitam a eles, de forma individual e coletiva, construir habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação do meio ambiente.

A participação e o reconhecimento por parte dos estudantes enquanto atores sociais e o incentivo à multiplicação dessas informações na sociedade é um dos primeiros passos para a construção de um ensino mais bem articulado com os processos de mudança social e construção de cidadãos conscientes quanto a um modo de vida sustentável (IBAMA, 1998).

No caso da Rede Municipal de São Paulo em 2013, o Programa Mais Educação São Paulo foi inserido no currículo escolar, através de uma reorganização curricular e administrativa, ampliação e fortalecimento da Rede.

A Secretaria Municipal de Educação (SME), começou a discutir sobre o assunto quando começou a notar que em geral, as escolas estavam deixando de lado o protagonismo estudantil. A perspectiva do programa foi articular prática e currículo, para a construção de atividades diferenciadas que levem a aprendizagem, possibilitando acompanhar o percurso e o desenvolvimento estudantil.

O trabalho com projetos desenvolve o olhar crítico e curioso dos estudantes que participam. É necessário proporcionar experiências significativas, levando à um conhecimento mais elaborado. A horta pedagógica funciona como um laboratório vivo, podendo-se acompanhar e observar diferentes interações existentes entre os seres vivos e não vivos, bem como aprender técnicas sustentáveis, dentre outras questões:

Esse tipo de projeto envolve os estudantes a partir das interações socioam-

bientais que permitem a construção de habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação do meio ambiente, além da participação como atores sociais, contribuindo para ampliar de conhecimentos, construindo uma educação mais articulada com os processos de mudança social e construção de cidadãos conscientes sobre a importância da sustentabilidade.

Ainda, os projetos contribuem para a conscientização ambiental, podendo-se trabalhar a ampliação e a permanência dos alunos no ambiente escolar; a melhoria da socialização entre eles; desenvolver o pensamento crítico e científico, englobando a elaboração de hipóteses e a dedução; desenvolver habilidades e competências que os tornem multiplicadores dessas informações.

Durante as atividades é preciso entender as interações que os estudantes desenvolvem perante os problemas ambientais, construindo uma nova percepção das relações que existem entre o homem, a sociedade e a natureza, agindo como cidadão na busca por soluções para os problemas ambientais que existem na sociedade.

Por fim, a Portaria nº 6.720/2016 que trata da Comissão Especial com Integrantes de CODAE e COPED da implantação da Horta Pedagógica, considera o disposto na Lei Municipal de nº 16.140/2015, regulamentada por outro Decreto, o de nº 56.913/2016, sobre a introdução de alimentos orgânicos e de base agroecológica na alimentação escolar na rede municipal aqui discutida, inserindo no currículo temas relativos à alimentação em toda a Educação Básica.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, pode-se concluir que o trabalho interdisciplinar pode envolver diferentes vertentes do ensino, pensando nas relações entre ser humano, sociedade e meio ambiente.

Proporcionar o estudo do solo, a manutenção do equilíbrio ambiental e a qualidade dos ecossistemas, pode envolver a discussão de diferentes situações como a distribuição, o armazenamento e a infiltração da água; a ciclagem de nutrientes; a ação filtrante sobre os poluentes e a proteção da qualidade da água; entre outros temas relacionados ao meio ambiente que podem resultar na criticidade.

Em especial, em relação a Educação Ambiental, diversos assuntos permeiam a discussão e o desenvolvimento de atividades relacionadas ao meio ambiente e em especial ao uso racional dos recursos naturais, atingindo diferentes fatores sociais, já que a escola é um espaço destinado ao desenvolvimento de ações que respeitam e contemplam a diversidade dos estudantes, devendo-se promover reflexões que agucem a curiosidade e a criticidade em relação ao seu papel na sociedade e as suas relações com o ambiente que os cercam.

É preciso conscientizar que as ações antrópicas do ser humano na utilização dos recursos naturais sem discriminação alguma, contribuindo para a poluição ambiental e seus ecossistemas, sendo o solo um dos recursos mais degradados devido a agropecuária, uso de fertilizantes e agrotóxicos, construção de vias e outros recursos que acabam muitas vezes por inviabilizar a utilização deste a longo prazo.

A escola apresenta enorme responsabilidade no sentido de desenvolver cidadãos críticos, bem como transformar esses educandos em multiplicadores de informações, levando a conscientização para além dos muros da escola.

Ou seja, a educação enquanto prática transformadora pode contribuir para desenvolver a consciência ambiental dos estudantes em relação ao meio ambiente e a outros recursos naturais, o que poderia auxiliar a minimizar os problemas relacionados à degradação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010 .pdf?query=AGR. Acesso em: 18 set. 2023.

CURVELLO, M. A.; SANTOS, G. A. Adequação de conceitos básicos em ciência do solo para aplicação na escola de 1º grau. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 24., 2003. Goiânia, 1993. Resumos. Goiânia: SBCS, 1993, v. 3, p. 191-192.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 184p.

GONZALES, S. L. M.; BARROS, O. N. F. O ensino de pedologia no ciclo básico de alfabetização. Geografia, Londrina, v. 9, n. 1, p. 41-49, 2000.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre; Artes Médicas, 1998.

IBAMA. Educação ambiental: as grandes orientações na Conferência de Tbilisi. Especial – ed. Brasília: IBAMA. 1998.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa. São Cadernos de Pesquisa. Paulo: Autores Associados, n. 118, p. 189-205, 2003.

JACOBOSKI, R.I. A pedagogia de projetos: o novo olhar na aprendizagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, 60p.

LIBÂNEO, J.C. Democratização da escola Pública: a pedagogia crítico-social crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMA, V. C. et al. Solos para professores do ensino fundamental e médio. 4. aprox. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2004.

MEDEIROS, A.B.; MENDONÇA, M.J.S.L.; SOUZA, G.L.; OLIVEIRA, I.P. AA Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, set. 2011.

MUGGLER, C. C.; MUGGLER, C. C.; CARDOSO, I. M.; et al. Capacitação de professores do Ensino Fundamental e Médio em conteúdos e métodos em solos e meio ambiente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004. Belo Horizonte. Anais..., Belo Horizonte: Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2004. CD-ROM.

PARANÁ. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE Artigos. Versão Online Cadernos PDE. 2014.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998, p.43-50.

SEGURA, D.S.B. Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

VALENTE, J. A. Informática na educação. Revista Pátio, ano 3, n. 09. Porto Alegre, maio/jul, 1999.

VASCONCELLOS, C.S. Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

SÃO PAULO. PORTARIA Nº 6.720, DE 23/09/2016. Comissão Especial com integrantes de CODAE E COPED – Implantação da Horta Pedagógica. Disponível em: https://www.sinesp.org.br/index.php/179-saiu-no-doc/614-portaria-n-6-720-de23-09-2016-comissao-especial-com-integrantes-de-codae-e-coped-implantacao-dahorta-pedagogica. Acesso em: 20 set. 2023.

VICTORINO, C.J.A. Planeta água morrendo de sede: uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.231 p. (1. Água – Uso. 2. Água – Qualidade. 3. Recursos).

UNESCO. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p.